

**MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA, RESILIÊNCIA E CRIANÇAS:
NARRATIVAS EM ASSENTAMENTOS URBANOS NA PERIFERIA
DE NATAL-RN**

Thiago Matias de Sousa Araújo

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN e
bacharel em direito pela UFRN
<http://lattes.cnpq.br/3562022071007654>
sousaaraujo@hotmail.com

Blenda Carine Dantas de Medeiros

Graduanda em Psicologia pela UFRN
<http://lattes.cnpq.br/6246411297862967>
blenda_carine@hotmail.com

Orientador: Marlos Alves Bezerra

Professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFRN, Mestre e Doutor em
Ciências Sociais pela UFRN
<http://lattes.cnpq.br/4923847817582059>
marlosdoc@yahoo.com.br

Resumo:

Localizado no bairro do Guarapes, Zona oeste da cidade de Natal-RN, existe um assentamento urbano, denominado Anátalia de Souza Alves. Em situação semelhante a tantos outros assentamentos urbanos das periferias do país, as violações de direitos humanos e a vulnerabilidade da população que ali reside, sobretudo nas crianças, aflora nas diversas expressões da comunidade. O presente estudo dialoga acerca das ações de um Programa de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, denominado Germinal, no intuito de potencializar as ações sociais e culturais já existentes no bairro, em diálogo com seus sujeitos com vistas ao desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: resiliência, infância, desenvolvimento comunitário.

Abstract:

Located in the neighborhood of Guarapes, Zone west of the city of Natal, RN, is an urban settlement called Anátalia Alves de Souza. In a similar situation to many other urban settlements in the peripheries of the country, the human rights violations and the vulnerability of the population that resides there, especially in children, arises in the different expressions of the community. This study dialogues about the actions of an

Outreach Program of the Federal University of Rio Grande do Norte, called Germinal, in order to enhance the social and cultural actions existing in the neighborhood, in dialogue with their subjects with a view to community development.

Key words: resilience, childhood, community development.

INTRODUÇÃO

O assentamento urbano Anatália de Souza Alves, localizado no bairro do Guarapes, Zona oeste da cidade de Natal-RN, apresenta um contexto de vulnerabilidade social e situação de risco, num processo perverso de coerência com o bairro onde se situa. O bairro Guarapes é considerado um dos lugares de maior risco social da cidade do Natal-RN, persistindo no imaginário social natalense a representação de que se trata de *um lugar de marginais perigosos que nada querem na vida a não ser matar e roubar* (Germinal, 2011). Essa referência é atribuída indistintamente a todos os moradores do bairro, afetando seu acesso ao trabalho, à educação, às instituições diversas e aos espaços públicos da cidade.

O assentamento possui este nome em homenagem à potiguar Anatália de Souza Alves, uma das vítimas da repressão política ocorrida no período da Ditadura Militar no Brasil, que compõe a lista de potiguares mortos e desaparecidos políticos desta época. Anatália de Souza Alves faz parte dos militantes potiguares que se opuseram ao regime militar e lutaram por um modelo político comprometido com a resolução dos problemas sociais (Capistrano, 2010).

A ocupação no espaço onde hoje é o assentamento Anatália iniciou-se em julho de 2010. Hoje, passados pouco mais de dois anos, há cerca de 270 famílias vivendo em busca do direito à habitação (Lima, 2011).

Sobre essa temática é fundamental que se afirme que o direito à habitação extrapola a compreensão de se ter um lugar físico para morar, trazendo consigo o conceito de moradia adequada, em que pesam a acessibilidade a equipamentos comunitários, tal e qual escolas, creches, postos de saúde, áreas de lazer, mobilidade urbana, segurança, saneamento adequado, entre outros requisitos. Infelizmente a realidade do bairro do Guarapes se apresenta enquanto violadora da condição humana

de ser, ao negar sistematicamente aos moradores daquele lugar esses elementos de dignidade apontados.

Em verdade, os processos de organização do espaço urbano direcionados pelo modo de produção em vigor, se realizam e reproduzem de maneira muito semelhante nos diversos locais historicamente modificados por ele, atestando ser esse o formato da Estrutura e não um problema social possível de ser resolvido mediante aplicação da lei. Por isso mesmo, observando-se estudos anteriores em outras comunidades, o que se constata é apenas mais do mesmo, que

(...) aquilo que parte dos Direitos Humanos, e que está previsto constitucionalmente enquanto direitos fundamentais e sociais, é, em verdade, aquilo o que é dado à imensa maioria da população como objetivo de vida a se alcançar através do mito da meritocracia e esforço pessoal seu, o que, observando-se a realidade, se faz geralmente impossível.

Em outras palavras, as populações que compõem os setores de baixa renda no Brasil, reproduzindo aquilo que é situação estrutural do modo de produção capitalista, passam a vida inteira numa condição de sobrevida, esforçando-se para ganhar dinheiro, em trabalhos, que quando existem, são degradantes à própria vida humana, para garantir aquilo que já lhes era Direito Constitucional, desde 1988, com a nossa Carta Magna, mas que até hoje lhes é negado (Araújo, Bezerra e Valença, 2010).

Ante a essa realidade, realizou-se naquela comunidade um trabalho, enquanto experiência de extensão universitária com vistas ao desenvolvimento comunitário, denominado programa de extensão Germinal - Construção coletiva por um programa de desenvolvimento comunitário sustentável. Este programa envolve professores, profissionais e estudantes de diversas áreas das Ciências Sociais, Humanas e Artes numa perspectiva de trabalho interdisciplinar. O objetivo de tal interdisciplinaridade é o de potencializar as ações sociais e culturais já existentes no bairro, trabalhando em parceria com atores e moradores locais, para construir coletivamente propostas que se mantenham após o término do programa (Germinal, 2011).

As ações do programa no assentamento são realizadas com dois públicos: mulheres e crianças, sendo desenvolvidas pelo eixo Saúde-Mulheres, envolvendo os dois tipos de oficinas descritos a seguir. A oficina denominada “Mulheres em Alerta – por uma cultura política” tem como foco a discussão, com jovens mulheres do bairro, de temáticas sobre saúde numa concepção ampliada e que tenham implicações no cotidiano de vida das participantes, como maternidade, planejamento familiar, a mulher no mercado de trabalho e sua inserção na cultura e na política (Germinal, 2011).

Já a “Oficina de Ações Juvenis e Resistências pela Saúde Social” são voltadas para a formação de jovens multiplicadores na área de saúde, orientando-se o trabalho para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento aos processos de vulnerabilidade física, psicológica e social, abrangendo a violência, a drogadição e a sexualidade (Germinal, 2011).

O trabalho em questão trata das atividades com o público infanto-juvenil do assentamento, tendo sido realizado um primeiro encontro com aproximadamente vinte crianças e adolescentes, de idades entre três e treze anos. Para tal atividade, houve planejamento e participação de estudantes dos cursos de Psicologia, Direito e Comunicação Social, sob supervisão e orientação de um professor do curso de Psicologia.

Para proceder com este estudo e por uma questão educativa, optou-se, antes mesmo da descrição dos processos dialógicos vivenciados na experiência de extensão, pelo embasamento teórico dos processos de socialização vivenciados na infância e pela observância da questão da resiliência envolvida, na certeza de que, após a devida apropriação desses elementos, faz-se possível um melhor estudo do que a prática oferece.

OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

Neste sentido, Sarmiento (2005) concebe a infância enquanto uma categoria social do tipo geracional por meio da qual se manifestam possibilidades e constrangimentos da estrutura social, sendo essencial o exercício de reflexão sobre esse conhecimento, não apenas para a infância, mas sobre o conjunto da sociedade considerado de forma integral. Os primeiros trabalhos sociológicos que apresentam a infância e suas interações sociais enquanto tema de estudo e reflexão surgiram por volta dos anos 1920, havendo um considerável período de ausência de trabalhos sobre a infância na sociologia, período em que os psicólogos do desenvolvimento e os trabalhadores sociais se apropriaram mais desse campo (Montandon, 2001).

Corsaro (2011), ao discutir por que as crianças foram ignoradas por tanto tempo pela sociologia, acrescenta que elas foram também marginalizadas, tendo em vista que se adota muito frequentemente uma lógica adultocêntrica, de subordinação das crianças

na sociedade, o que acaba por refletir nas concepções teóricas da infância e de socialização. Este autor aponta ainda, que os desejos e necessidades das crianças são muitas vezes considerados problemas sociais e preocupações para os adultos, que as empurram para as margens da estrutura social, tendendo para uma responsabilização da criança por tais problemas e pelas situações de complexidade da sua vida. Colocam-nas, ao mesmo tempo, como potencial e como ameaça para as sociedades atuais e futuras.

A partir da década de 1980, os estudos sobre crianças tornaram-se novamente emergentes na sociologia, com outras reflexões e teorias sobre a infância. Houve um movimento dos pesquisadores da sociologia da infância de buscar romper com as abordagens clássicas, tratando as crianças enquanto sujeitos do processo de socialização e não mais como objetos da socialização dos adultos (Montandon, 2001).

Émile Durkheim (1922, 1950, citado em Grigorowitschs, 2008), um entre os primeiros pesquisadores da sociologia a abordar o conceito de socialização, concebe a criança em processo de integração passiva em sociedade ao considerar o desenvolvimento conduzido pelos adultos, indivíduos já socializados. Estes integrariam à sociedade os demais – as crianças – por meio dos saberes e das normas sociais vigentes, mantendo a coesão e a ordem social.

Essa visão da criança enquanto ser passivo a ser modificado pelo adulto condiz com um olhar prospectivo sobre a infância, admitindo as crianças enquanto futuros adultos com um lugar na ordem social, sendo ignorada sua vida atual e suas necessidades e desejos enquanto crianças.

Segundo a teoria de Vygotsky, o desenvolvimento individual deve ser compreendido em seu contexto social, cultural e histórico, dentro do qual os esforços individuais não se dão isolados dos tipos de atividades e de instituições em que o sujeito se insere (Rogoff, 2005). Assim, o sujeito ao longo de toda sua vida se utiliza de instrumentos culturais como mediadores dos processos sociais e, portanto, mediadores da aprendizagem de atividades e comportamentos relacionados a cada instrumento.

Essa aprendizagem, para Vygotsky, não se dá de forma passiva; as interações com parceiros mais habilidosos na zona de desenvolvimento proximal permite que as crianças participem de atividades que não seriam capazes de realizar sozinhas, ao se utilizarem de instrumentos culturais. Elas próprias transformam esses instrumentos de acordo com sua intencionalidade, tornando-se capazes de desenvolver processos mais complexos de pensamento, agora de forma independente.

Grigorowitschs (2008) aponta que os adultos que são referências para as crianças contribuem na formação de suas identidades, tendo em vista que alguns aspectos do mundo social apresentados são “filtrados por e para elas”, em um interagir em que as crianças – e os adultos também – se socializam; ou seja, trabalham as realidades interna e externa, modelando seu próprio “self”.

O desenvolvimento cognitivo das crianças é, portanto, um processo cooperativo em que elas aprendem através da interação social. De acordo com Papalia, Olds e Feldman (2006), a perspectiva contextual de Vygotsky traz grande contribuição sobre o componente social do desenvolvimento, ao propor que é preciso olhar para os processos sociais de onde surge o pensamento de uma criança para que se possa compreender seu desenvolvimento cognitivo diretamente relacionado ao complexo social, cultural e histórico do qual a criança faz parte.

Em acordo com isso, dentro da perspectiva sociocultural que Barbara Rogoff (2005) defende, os processos individuais e culturais se constituem mutuamente, sendo o desenvolvimento individual um processo gradual que ocorre na medida em que as pessoas participam e contribuem para atividades socioculturais de suas comunidades.

Retomando as novas perspectivas de se abordar e conceituar a socialização na infância, Grigorowitschs (2008) apresenta as concepções de socialização de Simmel e Mead em que a infância é um período específico dos processos de socialização, de interações específicas nas quais as crianças constroem “seus *selves* individuais” e da sociedade e cultura em que estão inseridas ao desempenharem papéis ativos na mesma. A mesma autora atribui a especificidade desses processos no fato de as crianças participarem de uma série de interações sociais que variam cultural e historicamente, mas que ocorrem “apenas” na infância; dentre elas, têm-se as relações nas escolas e na esfera familiar.

Simmel (1908, citado em Grigorowitschs, 2008) passa a considerar a autonomia individual enquanto um valor cultural, e as crianças enquanto atores sociais. Desenvolve o conceito de socialização considerando qualquer forma de interação entre seres humanos como formas de socialização, o que significa dizer que em todos os contatos sociais – que são processos móveis e dinâmicos – acontece a socialização, a qual implica transformações a níveis estruturais e individuais.

A REALIDADE VIVENCIADA E A RESILIÊNCIA

A violência e suas consequências para o desenvolvimento dos sujeitos que a vivenciam apresenta certo grau de complexidade tendo em vista que decorre de uma série de fatores socioeconômicos, políticos e culturais integrados e articulados, podendo variar de acordo com os grupos sociais que atinge e as especificidades de onde se encontram (Assis, Avanci, Santos, Malaquias, e Oliveira, 2009).

As percepções dos sujeitos que sofrem ou praticam violência também são consideradas quando se busca compreender o processo que envolve a violência e seus efeitos, seja sobre si mesmos e os demais envolvidos, seja quanto à conjuntura social em que se encontram. Assim, a violência é encarada, algumas vezes, como parte da natureza do ser humano, em geral associada a um perfil específico, qual seja o jovem negro e pobre.

Crianças e adolescentes tornam-se potencialmente vulneráveis a eventos estressores quando expostos a fatores e situações consideradas de risco, como aponta Sapienza e Pedromonico (2005): “minorias sociais, desemprego, pobreza, dificuldade de acesso à saúde e educação”, “desvantagens socioeconômicas cujas mães sejam também jovens, solteiras e pobres ou que tenham vindo de famílias desorganizadas”. Assim, podem ter seu desenvolvimento cognitivo e psicossocial afetado por estes e outros fatores de risco.

Ribeiro e Sani (2009), ao escreverem sobre fatores de risco e de proteção, sintetizam tais fatores, separando-os em quatro categorias: individuais, familiares, escola/de pares, e comunitários. A partir de uma pesquisa bibliográfica (Gonçalves, 2003; Lipsey e Derzon, 1998; Resnick et. al., 2004, citados por Dahlberg et. al. 2005; Thomton, Craft, Dahlberg, Lynch e Baer, 2001; Douglas e Skeem, 2005; Williams, Rivera, Neighbours e Reznik, 2007, citados em Ribeiro e Sani, 2009), estas autoras elencaram os fatores de risco e de proteção que afetam o desenvolvimento e o comportamento de crianças e adolescentes, conforme quadros a seguir¹:

¹ Ambos os quadros foram retirados na íntegra do artigo Ribeiro, Maria da Conceição Osório; Sani, Ana Isabel. Risco, proteção e resiliência em situações de violência. Revista da Faculdade de Ciências da Saúde. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. ISSN 1646-0480.6 (2009) 400-407.

Tabela 1. Sumário de alguns dos factores de risco conhecidos no âmbito da violência

FACTORES DE RISCO	
Individuais	<p>História de vitimização ou envolvimento com a violência; Défice de atenção, hiperactividade ou problemas de aprendizagem; Disfunções no Sistema Nervoso Central; Desordem de conduta; História de comportamento agressivo precoce; Envolvimento com drogas, álcool, tabaco; Baixo Quociente Intelectual; Controlo comportamental pobre; Défices ao nível das competências sócio-cognitivas ou de processamento da informação; Crenças e atitudes anti-sociais; Elevado stresse emocional; Exposição a violência e conflito na família.</p>
Familiares	<p>Retaguarda familiar autoritária; Práticas disciplinares rígidas, desleixadas ou inconsistentes; Baixo envolvimento parental; Baixa vinculação emocional aos pais ou cuidadores; Baixos rendimento e nível de educação parental; Criminalidade ou abuso de substâncias parental; Funcionamento familiar pobre; Monitorização ou supervisão familiar pobre.</p>
Escolares/de pares	<p>Associação com pares delinquentes; Envolvimento com gangs; Rejeição social pelos pares; Falta de envolvimento em actividades convencionais; Baixos resultados académicos; Baixo compromisso com a escola e fracasso escolar.</p>
Comunitários	<p>Oportunidades económicas diminutas; Alta concentração de residentes pobres; Elevado nível de transitoriedade; Elevado nível de disrupção familiar; Baixos níveis de participação comunitária; Vizinhanças socialmente desorganizadas.</p>

Tabela 2. Sumário de alguns dos factores protectores conhecidos no âmbito da violência

FACTORES PROTECTORES	
Individuais	Atitude intolerante face à violência; Elevado Quociente Intelectual ou bons resultados escolares; Orientação social positiva; Competências de gestão de stress e regulação emocional; Temperamento resiliente; Percepção do apoio social de adultos e pares; Valorização do envolvimento em actividades religiosas; Saudável sentido de si; Expectativas positivas/optimismo face ao futuro.
Familiares	Ligação a familiares ou adultos fora da família nuclear; Capacidade para discutir os problemas com os pais; Altas expectativas parentais percebidas face ao desempenho escolar; Actividades partilhadas com os pais frequentes; Presença consistente dos pais durante pelo menos um de entre: ao acordar, ao chegar a casa da escola, na refeição da noite e ao deitar; Envolvimento em actividades sociais.
Escolares/de pares	Compromisso com a escola; Boa relação com os pares; Aprovação dos amigos pelos pais; Motivação/atitude positiva face à escola; Escolas de elevada qualidade/regras/ padrões/critérios claros; Envolvimento em actividades sociais.
Comunitários	Coesão social; Expectativas elevadas por parte da comunidade; Comunidades economicamente estáveis; Ambientes promotores de segurança e saúde.

O conceito de resiliência é relativamente novo, apresentando ainda algumas indefinições. No entanto, pode-se afirmar que o individuo resiliente é aquele que consegue aproveitar factores de protecção, utilizando-os para enfrentar as adversidades (risco). Além disso, a resiliência pode ser considerada fator de protecção para a adaptação do indivíduo nas situações cotidianas. (Sapienza e Pedromônico, 2005)

Crianças e adolescentes que sofrem violência da família ou de outras pessoas a quem são afetivamente ligadas podem se sentir mais vulneráveis, tornando-se, por sua vez, mais suscetíveis à violência em outros âmbitos sociais (Assis et. al., 2009). O fenómeno da violência, portanto, apresenta diversos desdobramentos aos sujeitos violentados, necessitando-se que intervenções integrais de combate à violência englobem tanto o carácter individual como o sociopolítico. Assim, faz-se necessário um investimento em políticas publicas que visem o respeito aos direitos da criança na realidade social da vida em comunidade (Assis et. al., 2009).

Coimbra e Nascimento (2008) apontam que os jovens mais expostos aos factores de risco já vem se organizando através de diferentes ações, criando e inventando

mecanismos de sobrevivência e de luta, de forma a escapar à lógica traçada para os pobres e marginalizados. Sobre esses movimentos de resistência e sua capacidade protetiva e de resiliência, as autoras ainda afirmam:

“Sem pretender racionalmente fazer revoluções, mudar o presente e preparar o futuro, muitos desses movimentos de resistência, sem dúvida, produzem revoluções moleculares, forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, afirmam e apontam para novos caminhos, criações, invenções. É verdade que foram e continuam sendo ignorados pela história oficial, pelos chamados intelectuais, pelos meios de comunicação. Apesar desse competente apagamento oficial vêm ocorrendo várias e diferentes experiências empreendidas por crianças e jovens em seus cotidianos, que configuram práticas de resistência, expressas através da música, de outras artes, de micro organizações coletivas, de redes de solidariedade. O importante é percebê-las, ver que existem, fortalecê-las, nos aliarmos a elas.” (Coimbra e Nascimento, 2008).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na perspectiva do desenvolvimento comunitário e do protagonismo dos sujeitos, deve-se considerar como característica própria do ser humano sua busca por ir além, por “ser mais”, como preconiza Paulo Freire. A observação de como se organizam as relações no espaço em questão, para constatar como estes sujeitos são capazes de intervir na realidade, é algo imprescindível ao se trabalhar em vias do desenvolvimento comunitário. O Guarapes é um bairro cujas relações sociais apresentam diversas determinações limitantes, negando-se o direito de “ser mais” a muitos dos que estão imersos nesse contexto.

Assim, torna-se objetivo das ações provocar questionamentos e possibilitar a sistematização de saberes e informações, mantendo o respeito às diferenças e a autonomia desses sujeitos. Enquanto propositores de atividades de extensão, pessoas que vem de um determinado contexto e se inserem em uma realidade totalmente diferente, é importante manter uma postura de respeito e abertura, estimulando a percepção crítica e compreensão do contexto em que estão inseridos (Freire, 1996), desafiando-os a perceber as possibilidades de mudança.

Não a toa, Freire provoca para além da alfabetização, numa preocupação constante com os processos políticos, com a indispensável associação da educação à compreensão e leitura política, esta, vivenciada encarnada no mundo e através da tecnologia humana fundamental, o diálogo. Daí, responsabilizados voluntariamente pela

ação de extensão, em discussão neste estudo, os sujeitos da comunidade acadêmica e os sujeitos da comunidade em diálogo, assentados do Anatólia, imbricam-se na mudança, lendo o mundo, apropriando-se e falando, cientes de que

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também há história (Freire, 1996).

Neste espírito, a primeira oficina objetivou a articulação entre a realidade vivenciada por aquelas crianças e adolescentes, e as possibilidades de saúde ali presentes, de forma a minimizar problemas de saúde tão presentes naquele espaço – realidade observada em visitas anteriores ao acampamento – e diante das escassas condições de tratamento, seja por falta de recursos financeiros para o tratamento, seja pelas condições precárias do sistema de saúde municipal.

Nessa perspectiva, e pensando na possibilidade de realização de uma ação continuada, o conhecimento da realidade local foi reforçado como um dos principais focos da ação. Assim, a oficina foi organizada nas seguintes etapas: apresentação das crianças, em que diziam nome, idade e série escolar; jogo de mímica direcionada para ações de cuidado e o significado de saúde para eles; divisão em grupos para encenação do cotidiano dos participantes; e dinâmica sobre os sonhos dessas crianças, com foco no que gostariam de realizar naquele momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A perspectiva de saúde que surgiu durante a primeira dinâmica, qual seja o jogo da mímica referenciando à saúde, foi inicialmente voltada para questões básicas relacionadas à saúde, como cuidar da alimentação, processos básicos de higiene (escovar os dentes, tomar banho), e práticas que assinalassem a ausência de doenças, como tomar vacinas. No entanto, no decorrer da dinâmica, foram surgindo questões mais amplas, que atribuíam à saúde não só o bem estar físico, mas o “conseguir ler um livro grande”, ou o fato de que “não precisa a mãe dar [bater], só conversar”.

Diante dessa expectativa de saúde apresentada pelas crianças participantes, foi possível trabalhar a importância dessa saúde que permeia o desenvolvimento não só físico, mas cognitivo e social; e reforçar o cuidado consigo e com o próprio corpo, necessários para permanecerem saudáveis. A ideia do cuidado de si e o cuidado do outro são questões importantes para o desenvolvimento da resiliência, principalmente em ambientes precários do ponto de vista de equipamentos sociais.

As dinâmicas seguintes, quais sejam a encenação da realidade local e a dinâmica dos sonhos, possibilitaram um conhecimento maior da realidade vivenciada pelos participantes. Para a encenação o grupo foi dividido por faixa etária, resultando-se em três grupos, havendo uma facilitadora em cada. Ambas eram estudantes, sendo uma delas graduanda em Direito, e as demais em Psicologia. Cada grupo, após organizar uma cena, apresentou aos demais o que tinha planejado.

O primeiro grupo era composto por crianças entre quatro e seis anos, e uma de nove anos. Eles encenaram atividades rotineiras que realizam, de forma cronológica: tomar banho, escovar os dentes, ir pra escola, almoçar, brincar, assistir televisão, dormir. O grupo seguinte, formado por crianças com idade entre cinco e nove anos e por uma criança de três anos, decidiu apresentar as brincadeiras que mais gostam e as atividades que mais praticam no assentamento. As brincadeiras que eles elencaram como as preferidas foram o “bagunçar”, que se caracteriza por bater nos demais, jogar pedras e afins; o “black”, semelhante ao baseball, mas utilizando um tijolo ou pedra no lugar da bola; e polícia e ladrão.

Já o terceiro grupo, que era formado por crianças entre sete e dez anos, e pelo adolescente de treze anos, trouxe casos emblemáticos de violência que aconteceram no espaço do assentamento. Uma das situações apresentadas envolvia a morte de dois policiais dentro do assentamento, que tinham invadido o espaço em busca de um fugitivo. Sobre este caso, alguns meninos colocaram que gostavam mais do fugitivo que dos policiais, pois ele roubava para distribuir com os assentados. Esta foi a história escolhida pelo grupo para ser apresentada aos demais.

O momento dos sonhos finalizou a intervenção. As crianças eram levadas a imaginar sonhos que elas gostariam de realizar. Ao final, cada uma contou o sonho que teve durante o momento de reflexão. Muitas crianças apresentaram como sonho a garantia de direitos fundamentais, como o direito à moradia, à convivência familiar e à profissionalização. A luta pelo direito à moradia é algo que eles estão vivenciando

diariamente, tendo em vista viverem em casas de lona ou de taipa, onde não há saneamento básico, cuidado com o lixo, onde também outras condições básicas lhes são negadas. A emergência desse sonho se fazia tão forte, que um dos participantes colocou que a casa que ele queria que a mãe recebesse podia ser “em qualquer lugar do Brasil”.

O direito a profissionalização esteve presente nos discursos tanto em termos de acesso a um ensino superior, realidade distante para a maioria dos jovens daquela comunidade, pois implica anteriormente um direito à educação de qualidade; como também surgiu nos sonhos da maioria dos meninos, o de ter uma carreira de jogador de futebol, profissão na qual há relatos frequentes de jovens das periferias ou em precárias condições de vida que ascenderam socioeconomicamente a partir do futebol.

Ao serem questionados sobre os seus sonhos muitas crianças colocavam uma possibilidade de ajudar a mãe. Quando questionados sobre o que fazer com o dinheiro – principalmente nas falas que envolviam carreiras, eles expressavam o desejo de ganhar muito dinheiro –, falavam sobre comprar aparelhos eletrônicos, bens materiais, mas principalmente, de poder dar o dinheiro à mãe. Garantias ainda mais elementares também surgiram nos relatos, como o desejo de que a irmã fosse feliz, e que voltasse a morar com a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propostas de intervenções participativas e bastante interativas com e entre os participantes busca enfatizar os recursos positivos existentes no bairro, fazendo-os se expressar e contar suas histórias, sua perspectiva da situação em que vive, favorecendo a sistematização das informações para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, cultural e simbólica. O uso de atividades que envolvam a arte, e que tenham uma base pedagógica e em acordo com a realidade social local, pode sensibilizar os participantes de modo a fortalecer suas habilidades sociais e aprendizado participativo, chegando até ao protagonismo juvenil.

As crianças e adolescentes, ativos no seu processo de socialização, também são considerados sujeitos de direitos, devendo-se valorizar sua fala e sua expressão enquanto ser social em quaisquer espaços em que estejam inseridos. No entanto, a participação infanto-juvenil muitas vezes é desconsiderada em diversas situações,

mesmo quando são o foco da ação. Um exemplo onde esta contradição é recorrente seria a construção de políticas públicas para a infância, para as quais raramente se procura ouvir o público referendado.

Levando-se em conta esta possibilidade de se valorizar a expressão e a fala do público infanto-juvenil, é preciso analisar todos os aspectos envolvidos em ações de intervenção como a que aqui foi proposta. Ao considerar os aspectos da realidade social, econômica e cultural na qual estão imersos os jovens das periferias urbanas, movimentando o seu cotidiano e buscando a reflexão e sistematização dessa realidade vivida, é preciso que haja uma confluência de disciplinas que possam pensar os diversos aspectos envolvidos no cotidiano dessas crianças e jovens moradoras de um assentamento urbano, diante da complexidade desta realidade e das relações aí existentes.

Com isso, o esforço de pensar de modo interdisciplinar se dá no sentido também de desconstruir uma visão homogênea de desenvolvimento. Nessa direção, a resiliência é pensada como uma retomada de certo desenvolvimento que é possível também para a criança que vivencia cotidiano de vulnerabilização social, conforme relatado pelos garotos do assentamento, na atividade realizada. Apesar de apontarem situações de violência, desde a violência entre pares até a violência policial, as crianças que participaram da atividade também conseguiram sistematizar informações de atividades positivas, e protetivas dentro do espaço do assentamento, desde uma brincadeira entre amigos, até momentos de sonhos.

E mesmo em situações consideradas negativas, as crianças do assentamento demonstraram extrair fatores positivos para suas vidas, para além da pobreza e do estigma social que recai sobre elas. A arte e o lazer no bairro, por exemplo, são estratégias que as ajudam a pensar outros caminhos possíveis de desenvolvimentos emocional, social, cognitivo.

Como consequência direta da intervenção está o questionamento do que pode um profissional de psicologia trabalhando com demandas sociais. Nesse sentido, explora-se a recursividade e a tensão entre um saber-fazer e um saber-pensar. Discutem-se também os modos através dos quais se formula e se contratualiza uma demanda de coletivos sociais explicitando-se a natureza político-metodológica dos vínculos construídos entre profissionais e os segmentos da sociedade organizada.

Vale ressaltar ainda que atividades práticas de atuação, que se configuram como a atividade aqui relatada, tornam-se de grande valia para estudantes de graduação em formação fora dos limites da universidade. O que equivale a dizer que nos exigiu concatenar uma “arte de fazer” (conhecimento técnico) a uma “arte de pensar” (Certeau, 1974).

REFERÊNCIAS

- Assis, S. G.; Avanci, J. Q.; Santos, N. C.; Malaquias, J. V.; Oliveira, R. V. C. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. Vol. 16, n. 1, p. 43-51. 2004.
- Araújo, T.; Bezerra, H.; Valença, D. Direito a moradia e movimentos sociais: uma experiência do MLB em Natal/RN. *Anais, VI Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade*. 2010, UnB, Brasília – DF.
- Capistrano, L. F. D. O Golpe Militar no Rio Grande do Norte e os Norte-RioGrandenses morto e desaparecidos: 1969-1973. Natal: Sebo Vermelho, 2010.
- Certeau, M. *A Invenção do Cotidiano*. Vozes, vol. 1 e vol. 2. 1974.
- Corsaro, W.A. *Sociologia da Infância*. Trad. Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed. 2011.
- Freire, P. *Educação e Mudança*. 34 ed. Ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- Freire, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- Geminal - Construção coletiva por um programa de desenvolvimento comunitário sustentável. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. 2011.
- Grigorowitschs, T. O conceito “socialização” caiu em desuso? Uma análise dos processos de socialização na infância com base em Georg Simmel e George H. Mead. *Educ. Soc.*, vol. 29, n. 102, p. 33-54. Campinas. 2008.
- Lima, B. M.. Direito à moradia e movimento social urbano: o Leningrado e a conquista do território natalense. XIV Encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, Brasil. 2011.

- Montandon, C. Sociologia da Infância: Balanço dos Trabalhos em Língua Inglesa. Trad. Neide Luzia de Rezende. Cadernos de Pesquisa, n. 112, p. 33-60. 2001.
- Papalia, D. E.; Olds, S. W.; Feldman, R. D. Desenvolvimento humano. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.
- Ribeiro, M. C. O.; Sani, A. I. Risco, proteção e resiliência em situações de violência. Revista da Faculdade de Ciências da Saúde. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2009.
- Rogoff, B. A natureza cultural do desenvolvimento humano. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed. 2005.
- Sapienza, G.; Pedromônico, M. R. M. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. Psicologia em Estudo, Maringá, v.10, n.2, p. 209-216. 2005.
- Sarmiento, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. Educ. Soc., vol. 26, n. 91, p. 361-378. Campinas. 2005.